



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTADO,
SOCIEDADE E POLÍTICA**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

**BRASIL E CHINA:
UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE 2008 E 2020**

BEATRIZ DA SILVA CAMARGO

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ESTADO,
SOCIEDADE E POLÍTICA**

RELAÇÕES INTERNACIONAIS E INTEGRAÇÃO

BRASIL E CHINA:

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE 2008 E 2020

BEATRIZ DA SILVA CAMARGO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Estado, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientador: Prof. Dr. Felipe Cordeiro de Almeida

Foz do Iguaçu

2023

BEATRIZ DA SILVA CAMARGO

BRASIL E CHINA:

UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES COMERCIAIS ENTRE 2008 E 2020

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Estado, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. (Titulação) (Nome do orientador)
UNILA

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Prof. (Titulação) (Nome do Professor)
(Sigla da Instituição)

Foz do Iguaçu, _____ de _____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): _____

Curso: _____

	Tipo de Documento
(.....) graduação	(.....) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – Obras audiovisuais
	(.....)

Título do trabalho acadêmico: _____

Nome do orientador(a): _____

Data da Defesa: ____/____/____

Licença não-exclusiva de Distribuição

O referido autor(a):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

RESUMO

Desde o início do século XXI a República Popular da China tem se tornado protagonista em diversas regiões do globo terrestre. Este protagonismo possibilitou que o gigante asiático alcançasse o primeiro lugar na posição de país exportador e o segundo lugar na posição de país importador do mundo. Levando isso em consideração, o objetivo principal deste trabalho é analisar a ascensão chinesa e quais fatores levaram a China a se tornar o maior parceiro comercial do Brasil em 2009 apesar da recessão global causada pela crise de 2008. Desta forma, o presente trabalho se foca em identificar e analisar o desfecho das relações comerciais entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China no período entre 2008 e 2020, tendo a crise financeira global de 2008 como um ponto crucial para o aumento das relações entre os países. O trabalho se dará por meio de uma pesquisa bibliográfica, qualitativa, documental baseada em artigos ligados as relações políticas e econômicas entre os dois países, em dados oficiais dos governos aqui citados, e autores como Arrighi, Beccard, Oliveira e Sarfati. Isto posto, o trabalho busca contribuir para a análise do crescente protagonismo chinês e as suas consequências, bem como para o desenvolvimento do Brasil.

Palavras-chave: Brasil; China; crise de 2008; relações econômicas.

RESUMEN

Desde el inicio del siglo XXI, la República Popular de China se ha convertido en protagonista en diversas regiones del mundo. Este protagonismo ha permitido que el gigante asiático ocupe el primer lugar como país exportador y el segundo lugar como país importador a nivel mundial. Teniendo esto en cuenta, el objetivo principal de este trabajo es analizar el ascenso chino y los factores que llevaron a China a convertirse en el mayor socio comercial de Brasil en 2009, a pesar de la recesión global causada por la crisis de 2008. De esta manera, el presente trabajo se centra en identificar y analizar el resultado de las relaciones comerciales entre la República Federativa de Brasil y la República Popular de China en el período de 2008 y 2020, tomando en cuenta la crisis financiera global de 2008 como un punto crucial para el aumento de las relaciones entre los países. El trabajo se realizará a través de una investigación bibliográfica, cualitativa y documental basada en artículos relacionados con las relaciones políticas y económicas entre ambos países, en datos oficiales de los gobiernos mencionados y en autores como Arrighi, Beccard, Oliveira y Sarfati. Dicho esto, el trabajo busca contribuir al análisis del creciente protagonismo chino y cuáles son sus consecuencias, así como al desarrollo de Brasil.

Palabras-clave: Brasil; China; crisis de 2008; relaciones económicas.

ABSTRACT

Since the beginning of the 21st century, the People's Republic of China has become a protagonist in various regions of the world. This prominence has enabled the Asian giant to reach the first position as an exporter and the second position as an importer globally. Taking this into consideration, the main objective of this study is to analyze China's rise and the factors that led to China becoming Brazil's largest trading partner in 2009, despite the global recession caused by the 2008 crisis. So, this study focuses on identifying and analyzing the outcome of the commercial relations between the Federative Republic of Brazil and the People's Republic of China from 2008 to 2020, with the global financial crisis of 2008 as a crucial point for the increase in relations between the countries. The research will be conducted through a qualitative, documentary, and descriptive approach based on articles related to the political and economic relations between the two countries, official data from the mentioned governments, and authors such as Arrighi, Beccard, and Oliveira. Therefore, the study aims to contribute to the analysis of China's growing prominence and its consequences, as well as the development of Brazil.

Keywords: Brazil; China; 2008 crisis; economic relations.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Exportações e importações/PIB: taxa de crescimento	33
Gráfico 2: Exportações brasileiras para EUA e China (em bilhões de dólares)	36
Gráfico 3: Importações brasileiras dos EUA e China (em bilhões de dólares)	36
Gráfico 4: Estoque de Investimentos Chineses na América do Sul entre 2005 e 2020 (em % dos valores)	40
Gráfico 5: Fluxo de Investimentos Chineses no Brasil (US\$ BILHÕES)	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação dos principais produtos exportados pelo Brasil para a China, entre 2002 e 2020. Em (%).	Erro! Indicador não definido.
Tabela 2: Participação dos principais produtos importados pelo Brasil da China, entre 2002 e 2020. Em (%).	Erro! Indicador não definido.
Tabela 3: Panorama comercial Brasil-China, entre 2002 e 2020. Em US\$ (bi.)	39

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Presidente Geisel recebe em 1974 uma missão diplomática chinesa.....	16
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS

BR	Brasil
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CEBC	Conselho Empresarial Brasil e China
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PIB	Produto Interno Bruto
RPC	República Popular da China

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE BRASIL E CHINA.....	15
2.1 BRASIL E CHINA ENTRE OS ANOS 2000 E 2008	18
2.3 China: Uma Nação, Dois Sistemas	21
3 A CRISE DE 2008	25
3.1 A CRISE NA CHINA SEU POSICIONAMENTO A NÍVEL GLOBAL	27
3.2 A Crise de 2008 no Brasil	31
4 CHINA: O MAIOR PARCEIRO ECONOMICO DO BRASIL PÓS 2008	35
4.1 CONSEQUÊNCIAS DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa as relações comerciais entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, entre os anos 2008 e 2020, tendo como foco o fato da China ter se tornado o maior parceiro comercial do Brasil após a crise que atingiu o mundo em 2008.

O Brasil e a China possuem uma relação que vem sendo construída desde a década de 70, tendo os seus altos e baixos, mas que desde meados da década de 1990 essa relação tem estado em constante progressão. Sendo assim, a hipótese central deste trabalho é que os fatores que levaram a China a se tornar o maior parceiro comercial do Brasil aconteceram gradativamente por meio de acordos bilaterais e políticas implementadas pelos governos ao longo dos anos. Sendo assim, entende-se que a crise de 2008 não foi o fator determinante para que os Estados Unidos perdessem esse posto, mas é sim um ponto chave para a intensificação dessa relação, pois a crise nos países centrais gerou oportunidade para a China expandir as suas fronteiras e após este período houve uma maior aproximação entre as duas nações.

A justificativa desta pesquisa se enfoca no fato de que a China é um país extremamente relevante para o Brasil, pois esta se tornou o maior parceiro comercial do país em um período em que o mundo se encontrava em uma recessão global. Vale ressaltar que Brasil é um produtor em grande escala de produtos primários e a China uma grande consumidora destes produtos, o que torna interessante a análise do tema proposto, bem como as consequências que esta relação político-econômica traz. Dessa forma, se torna importante identificar, caracterizar e analisar os âmbitos desta relação visando fornecer suporte analítico para gerar políticas que possam contribuir com o desenvolvimento do Brasil.

O objetivo principal deste trabalho é analisar quais fatores levaram a China a se tornar o maior parceiro comercial do Brasil em 2009 apesar da recessão global causada pela crise de 2008.

O presente trabalho tem por objetivos específicos a análise das relações históricas entre o Brasil e a China e a intensificação das mesmas no século XXI; busca analisar o regime político e social chinês; descrever a crise de

2008 e as suas consequências para o mundo, com foco na China e Brasil; analisar os dados de exportação do Brasil para a China, bem como os principais produtos importados do gigante asiático e os investimentos chineses feitos no Brasil; e por último, o trabalho busca analisar quais as consequências que essa relação traz para o Brasil.

No primeiro capítulo, o trabalho faz um apanhado histórico nas relações entre o Brasil e a China, abordando os principais acontecimentos entre as nações, desde o primeiro tratado assinado entre os dois Estados no ano de 1880, intitulado “Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China” até o fortalecimento das relações econômicas na década de 1990, ressaltando, de forma breve acordos assinados entre as nações; Analisa as relações políticas e econômicas entre as duas nações no início do século XXI até a crise de 2008 trazendo, de forma breve, dados das relações comerciais no período; E por último salienta a abertura de mercado adotada pelo governo chinês na década de 70, passando a ser uma economia socialista de mercado ou, nas palavras de Arrighi, “uma nação, dois sistemas”. Aqui é ressaltado como a cultura chinesa pode ser considerada como única e como esta foi importante para o crescimento chinês quando outros países, como os Estados Unidos, começaram a investir na China. Além disso, aborda como a decisão chinesa de aderir a OMC e a outros grupos, tornou o país asiático relevantemente influente, além de atrativo aos olhos dos outros Estados para manter relações diplomáticas e econômicas, saindo assim de uma economia fabril para um polo de produções tecnológicas.

No segundo capítulo, a pesquisa descreve de forma detalhada o que foi a crise de 2008 que se iniciou nos países centrais e afetou outros países ao redor do mundo, causando assim a recessão global. Com o intuito de contextualizar os leitores, faz-se um breve apanhado histórico da economia estadunidense, para que se possa entender o que causou a maior recessão global desde a década de 1930. Após isso, apresenta como a crise impactou a economia chinesa e como esta se posicionou internacionalmente, sendo este um cenário desfavorável para as nações centrais e que gerou oportunidades para o gigante asiático. Da mesma forma, descreve como a crise impactou no Brasil, quais foram as medidas adotadas pelo governo e qual foi o posicionamento brasileiro diante do sistema internacional.

O terceiro e último capítulo está focado em descrever a China como o maior parceiro comercial do Brasil após a crise financeira de 2008, apresenta dados sobre as importações e exportações que tem como destino a China e quais são os principais produtos importados e exportados para o país. Além disso, são apresentados os investimentos chineses feitos no território brasileiro e como a presença da China cresceu significativamente após o período apresentado. Nesta etapa ainda são apresentadas quais as consequências que a crescente presença chinesa traz ao Brasil, tendo como base a Teoria da Dependência e o Sistema Mundial Moderno apresentados por Sarfati, argumentando que a demanda da China por produtos primários e a do Brasil por produtos industrializados gera relações assimétricas entre as duas nações e, conseqüentemente, reproduzem o padrão de comércio Centro-Periferia.

2 A RELAÇÃO HISTÓRICA ENTRE BRASIL E CHINA

Para iniciar este trabalho é de extrema importância a análise histórica das relações entre a República Popular da China e a República Federativa do Brasil. Além disso, para efeito de conhecimento, vale ressaltar de forma rápida, alguns dados geográficos e estatísticos relevantes de ambos os países.

O Brasil é um país latino-americano de dimensões continentais localizado no sul global, sua vasta área territorial o coloca entre os 5 maiores países do mundo que se estende por mais de 8.5 milhões de km², e a sua atual população é de mais de 214 milhões de pessoas, segundo os dados informados pelo IBGE. Por ser um país de área territorial extensa nele há uma grande diversidade cultural e social, além de ter um grande potencial na produção de produtos primários. Já China está localizada no continente asiático e é o terceiro maior país em extensão territorial, com mais de 9,5 milhões de km², e é a nação mais populosa do mundo com mais de 1,4 bilhões de habitantes, segundo dados do Banco Mundial. Quanto ao lado social chinês, pode-se confirmar o que Arrighi (2007) trouxe em seu livro, no qual o autor resalta que a China possui uma economia, cultura, idioma e costumes que são únicos e isso a diferencia das outras nações. Vale ressaltar ainda que o gigante asiático é um grande produtor de commodities e produtos manufaturados.

Conforme Scheffer (2021) trouxe em seu texto, em 1808, na época que o Brasil ainda era uma colônia portuguesa, houve a primeira relação entre as nações, no qual o Brasil recebeu imigrantes provindos da China, com o intuito de “alterar a dependência de escravos negros providos pela Grã-Bretanha” (SCHEFFER *apud* BREGALOT, pág. 20), mas em 1880 foi assinado o tratado intitulado “Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e o Império da China”, o primeiro entre as duas nações e foi por meio deste que se abriu um consulado do Brasil em Shanghai na China, conforme aponta Oliveira:

“Note-se que inicialmente a opção era por mão-de-obra chinesa, motivando o deslocamento de uma missão brasileira para a China em 1879. Mesmo com a não concretização dessa corrente migratória, pela proibição formal da China em permitir emigração para o Brasil, os dois países assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação em 1881, com o Brasil abrindo um consulado em Shanghai em 1883”. (OLIVEIRA, 2004, pg. 10)

Após esse período os países não tiveram relações que podem ser consideradas relevantes até os anos 1949, ano da Revolução. Entre 1949 e 1960 o Brasil manteve relações apenas com a ilha de Taiwan que se tornou a representante da República da China em oposição a República Popular da China continental. Na metade de 1960 o Brasil se aproximou novamente da China, mas apenas em 1974, após a vinda de uma missão chinesa ao Brasil a China foi novamente reconhecida “como única e legítima representante do povo chinês” (SCHEFFER, pág.20).

“Face à política externa independente de Quadros e Goulart, ao golpe militar (1964) e ao nacional-pragmatismo de Geisel (em 1974), tais relações diplomáticas foram restabelecidas (em 1961) e arrefecidas (em 1964) para, em seguida, serem retomadas com certo vigor (a partir de 1970)”. (BECCARD, 2008, pg. 46)

Com a vinda da missão chinesa ao Brasil e a reaproximação de ambos os Estados ressurgiu a oportunidade da exploração de interesses condizentes. Na imagem abaixo, mostra o presidente Geisel recepcionando a missão chinesa.

Figura 1:Presidente Geisel recepciona em 1974 uma missão diplomática chinesa.



Fonte: Acervo GLOBO (acessado em 18/03/2023)

Ao analisar o âmbito econômico, nos anos 1970 o Brasil passou por um momento de expansão econômica e, em decorrência dessa expansão, surgiu o interesse por novos parceiros, ocorrendo então, a primeira exportação de açúcar para a China (SCHEFFER, pág. 21), e assim, com essa conexão estreita e baseada no desenvolvimento e crescimento em comum, Brasil e China transformam-se em nações parceiras no âmbito da cooperação sul-sul,

buscando diversificar as suas economias e se unindo na criação de alguns projetos nacionais.

Porém, nos anos 1980, que ficou conhecido como década perdida houve um desaceleramento significativo na economia Latino-americana “derivado dos choques do petróleo, crise da dívida, evaporação de financiamento externo e deterioração dos termos de comércio” (SHEFFER, pág. 21 *apud* RICUPERO) e o relacionamento entre o Brasil e a China sofre uma retração devido as crises citadas anteriormente.

Após a retração sofrida, a aproximação entre os dois Estados volta a ser retomada na década de 1990. Vale ressaltar o contexto em que o mundo vivia naquele momento com o fim da Guerra Fria e o colapso do comunismo, sendo este um período de mudanças e reorganizações para todas as nações ao redor do mundo. No início de 1990 o mercado brasileiro goza de uma abertura econômica a nível internacional com a Política Industrial e de Comércio Exterior implementada pelo governo Fernando Collor de Melo, esta tinha por objetivo incentivar a exportação de produtos brasileiros e liberar a importação, dessa forma “processa-se uma maior aproximação comercial entre os dois países, ainda que prioritariamente se resguarde a importância do relacionamento político” (OLIVEIRA, pág. 17). O relacionamento político se sobressaia no início da década, pois as políticas adotadas naquela época não só pelo Brasil, mas também por grande parte dos países latino-americanos eram políticas voltadas para o Consenso de Washington e que seguiam o neoliberalismo, neste contexto a única política econômica a ser seguida após o colapso do comunismo com o fim da Guerra Fria. Sendo assim, durante os primeiros anos da década de 90, Brasil e China seguiram caminhos distintos no exercício da política externa, enquanto o primeiro tendeu a seguir à subserviência, o outro favoreceu o ideal desenvolvimentista.

“Nota-se, assim, que Brasil e China reagiram de forma bastante distinta diante da energia liberada pelo processo de expansão capitalista, aceitando cada qual subordinar-se em graus variados aos desígnios da globalização. Enquanto no Brasil transitou-se da autonomia decisória à subserviência, adentrando a via do Estado Normal – de características destrutivas e regressivas e interrompendo as estratégias de promoção do desenvolvimento “pela via assertiva das políticas de Estado”, na China prosseguiu-se em caminho inverso, privilegiando a vertente Desenvolvimentista.” (BECCARD, 2008, pág.155).

Após o período de instabilidade na política externa brasileira com

o impeachment de Fernando Collor (1992), o Brasil passa a ser governado por Itamar Franco e este tem como uma de suas prioridades a aproximação com o continente asiático, nos setores de importação e exportação, além da cooperação científico tecnológica. Os governos que vieram após Itamar Franco passam a demonstrar grande interesse na Ásia e ampliam suas ações para além de Brasil e Japão (SCHEFFER, pág.21). No que tange a cooperação científico tecnológica entre o Brasil e a China, é de extrema importância ressaltar o acordo assinado no ano de 1988 entre os dois países, este tinha como finalidade o desenvolvimento de dois satélites avançados de sensoriamento remoto.

“O Projeto CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres) agrega a capacidade técnica e os recursos financeiros dos dois países para estabelecer um sistema completo de sensoriamento remoto competitivo e compatível com as necessidades internacionais atuais”. (SANT’ANA & COELHO, 1999, pág.7)

O primeiro satélite desenvolvido foi lançado em 1999, já o segundo no ano de 2003, e ambos permitiram que os dois países alcançassem uma certa independência na área de imagens por satélites, isso possibilitou que os dois Estados passassem de usuários a exportadores desse tipo de serviço (OLIVEIRA, pág. 19). Dessa forma, torna-se notável a manutenção no forte relacionamento político do Brasil com a China na década de 1990 e, como consequência, há um crescimento na relação comercial entre ambos os Estados nos anos posteriores.

2.1 BRASIL E CHINA ENTRE OS ANOS 2000 E 2008

Como destacado anteriormente, a relação econômica e política entre os dois países foi se fortalecendo ao longo dos anos, mas com o início do século XXI essa parceria se tornou ainda mais forte. No início dos anos 2000, o presidente Fernando Henrique recebeu o Ministro de Negócios Estrangeiros da RPC, que lembrou os avanços alcançados entre as duas nações por meio dos acordos nas áreas científicas e tecnológicas. Na ocasião, as autoridades presentes, reforçaram que este seria um bom exemplo para a cooperação Sul-Sul envolvendo alta tecnologia (BECCARD, pág. 246). Um outro momento importante ocorreu em 2001, contexto em que o Brasil recebia o presidente chinês Jiang Zemin, e o deputado brasileiro Ney Lopes destacou no Congresso Nacional:

A China, do ponto de vista estratégico, é fundamental para o Brasil. Por exemplo, a China lançou em seu território um satélite construído com tecnologia brasileira. Estudos que estão sendo realizados permitirão o lançamento de um segundo satélite, com aporte tecnológico recíproco. A cooperação entre China e Brasil estende-se às áreas de biotecnologia e informática, dois pontos da maior importância para o processo de globalização. (BECCARD, 2008, pág.147)

Para exemplificar o crescimento das relações entre RPC e BR no século XXI no âmbito econômico, pode-se citar as exportações brasileiras para a China que, em 2000/2001, só estiveram abaixo do Japão, mas no ano de 2002 esse cenário mudou e a China passou “a ser o principal destino das exportações brasileiras para a Ásia” (OLIVEIRA, pág. 17). O governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi marcado pela expansão brasileira dentro da economia mundial (principalmente entre os anos de 2003 e 2008), com o objetivo de atingir mercados localizados em diversas regiões. Como consequência, houve o aumento do PIB brasileiro, que passou de 1,2% em 2003 para 5,7% em 2004, devido ao boom das commodities, e o fortalecimento das economias emergentes (SCHEFFER *apud* RICUPERO, pág. 23), este momento foi favorável para a economia brasileira, mas desfavorável para as indústrias nacionais, que foram enfraquecidas. No âmbito da política externa brasileira durante esse período, o presidente em exercício priorizava uma política externa voltada para as relações com outras economias em desenvolvimento, conforme o destaque:

“Ao longo de seu governo, inaugurado em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu colocar as relações com os chineses em um novo patamar: realizou viagem oficial à RPC – com saldo final de nove atos bilaterais e 14 contratos empresariais assinados –, concedeu à China o status de economia de mercado durante a estada do Presidente Hu Jintao no Brasil (novembro de 2004). Na Comissão de Direitos Humanos da ONU, O Brasil votou a favor da non-action motion que retirou resolução sobre a China da votação (abril de 2004). (...) Um ano após sua chegada à presidência da república, e reiterando a prioridade dada pela política externa brasileira às relações com outras grandes economias em desenvolvimento (...), Luiz Inácio Lula da Silva realizou visita à China”. (BECCARD, 2008, pág.147)

Como colocado anteriormente, a aproximação com a China se intensificou no governo Lula e, um dos primeiros passos para essa aproximação entre BR e RPC, foi na comemoração do aniversário de 30 anos do estabelecimento das relações entre os dois Estados. Nesta visita de Lula à China, que ocorreu em 2004, o presidente em exercício esteve acompanhado de uma comitiva de mais 440 integrantes, e esta era composta por ministros,

governadores, senador, deputados e outros membros da comissão (SILVA & FRUTUOSO, 2021). Esta visita foi favorável para os dois Estados, com conversas amistosas e acordos assinados, e conforme as autoras do texto, “a visita de Lula contribuiu para impulsionar ainda mais o contínuo desenvolvimento da parceria entre os dois países” (idem, 2021). Um ponto importante a ser ressaltado são os princípios que foram estabelecidos para o desenvolvimento desta parceria.

“Foi definido que para um maior desenvolvimento seriam estabelecidos quatro princípios: 1) Fortalecimento da confiança política mútua, com base em um diálogo em pé de igualdade; 2) Aumento do intercâmbio econômico-comercial com vistas ao benefício recíproco; 3) Promoção da cooperação internacional, com ênfase na coordenação das negociações; 4) Promoção do intercâmbio entre as respectivas sociedades civis, de modo a aprofundar o conhecimento mútuo” (SILVA & FRUTUOSO, 2021).

Os países firmaram o objetivo de colocar em prática projetos de cooperação nas áreas econômicas e comerciais, científicas e tecnológicas, social, cultural e outras já existentes desde a criação da Parceria Estratégica Sino-Brasileira, dessa forma novas áreas de cooperação poderiam ser implementadas e estariam contribuindo para o bem-estar da população de ambas as nações (idem, 2021). Na ocasião, também foi criada a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concentração e Cooperação, que tinha por objetivo a orientação e coordenação do desenvolvimento do relacionamento entre os dois Estados. Além disso, foi neste momento que se discutiu a importância da relação entre Brasil e China como uma porta de entrada para as relações entre China e América Latina.

Vale destacar ainda que neste momento, o governo brasileiro concedeu a República Popular da China o status de economia de mercado, conforme noticiou a BBC, em 2004. O veículo de comunicação ressaltou que “O reconhecimento significa que futuros processos antidumping (quando produtos são vendidos a preços abaixo do mercado) ficarão sujeitos às regras da Organização Mundial do Comércio (OMC)”, Lula ainda destacou após a reunião:

“O Brasil hoje deu uma demonstração de confiança, deu uma demonstração de que a nossa relação estratégica é para valer. Isso é a demonstração mais inequívoca da objetividade, da seriedade e da prioridade que nós damos à relação Brasil-China” (BBC, 2004)

O presidente chinês em exercício, Hu Jintao, proferiu:

"Essa postura do Brasil vai certamente criar as condições para uma relação estratégica muito mais rica e vai favorecer a cooperação econômica e comercial (entre os dois países)" (BBC, 2004).

Com as relações entre os Estados estreitadas, membros dos governos de ambos os lados se visitaram frequentemente entre os anos 2004 e 2008, com o intuito de desenvolver a relação estratégica firmada entre as nações, para isto, estes assinaram acordos de cooperação nas áreas política, econômica, comercial, científica e tecnológica, espacial, agrícola e cultural-educacional (LIMA, pág.144). Vale ressaltar ainda o comércio bilateral entre as nações, que teve um crescimento significativo neste período. As exportações, por exemplo, saíram de 5,4 bilhões de reais em 2004 para 16,4 bilhões em 2008, já o valor importado pelo Brasil era de 4,1 bilhões de reais em 2004 para 21,7 bilhões em 2008.

Sendo assim, é possível notar que as relações diplomáticas exercidas entre os chefes de Estado da RPC e do BR, refletiram totalmente no comércio bilateral dos dois Estados. Além disso, esta análise das relações históricas dos países serve como base para explicar o processo que levou a China a se tornar o maior parceiro comercial do Brasil após 2008, mesmo com o mundo vivenciando uma crise econômica mundial no período.

2.3 China: Uma Nação, Dois Sistemas

Especialistas do mundo todo tem apontado o cenário de que a China irá se tornar a maior potência global ainda nesta década, ultrapassando os Estados Unidos. Sendo assim, este capítulo tem por objetivo demonstrar como foi o caminho trilhado pelo Gigante Asiático em busca da posição de hegemonia dentro do Sistema Internacional.

Segundo Romero Wimer, no ano de 1978 o chinês Deng Xiaoping assumiu o controle do Estado Chinês e do Partido Comunista da China. Este líder impulsionou medidas que significaram uma reviravolta na economia do país, reinstaurando o capitalismo (WIMER, 2019 e col. Tradução nossa), essas medidas estavam voltadas para a agricultura, indústria, defesa nacional, ciência e tecnologia. No ano de 1980, a China se abriu economicamente para o exterior, por meio da criação de quatro zonas econômicas especiais em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen, e estas gozavam de sistema de

propriedades mistos (WIMER, 2019 e col.), ou como Arrighi colocou em seu texto: “uma nação, dois sistemas” (ARRIGHI, pág. 357). Também foram introduzidas algumas mudanças legislativas para a facilitação de exportações, importações e vantagens fiscais (WIMER, 2019 e col.).

Nos anos 1990, a China “viveu um extraordinário crescimento econômico e com ele uma transformação do papel que este país iria desempenhar no mundo” (WIMER apud KISSINGER, pág. 2664. Tradução nossa). Para Arrighi, a característica mais atraente da China para os países e empresas transnacionais interessadas em investir ali, era a imensa reserva de mão de obra barata com elevada qualidade, combinada a expansão rápida das condições de oferta e demanda dentro da própria China (ARRIGHI, 2008). Sendo assim, na década de 1990, o capital estrangeiro do Japão, Estados Unidos e Europa, correu para a China com alta intensidade. Para deixar mais claro, o capital estrangeiro investido na China em 1980 totalizava 20 bilhões de dólares, já nos anos 2000 alcançou 200 bilhões e mais que dobrou nos três anos posteriores, chegando à marca de 450 bilhões de dólares (idem, pág. 359). Arrighi ainda argumenta que as empresas americanas estavam diante de uma simples exigência: “investir na China para aproveitar a mão-de-obra barata e o crescimento rápido da economia do país ou perder a corrida para os seus rivais” (idem, pág. 359), pois o país que antes era considerado fabril, se tornou o lugar para fabricar e vender produtos tecnológicos (idem, pág. 359).

Segundo análises feitas pelos intelectuais de esquerda, a China não chegou a adotar a receita neoliberal do consenso de Washington, mas foi sim uma nação aberta a investimentos estrangeiros para o seu desenvolvimento, desde que esta entendesse que o capital vindo do exterior iria beneficiar o seu próprio interesse (idem, 2008). O autor cita a fala Rampogal Agarwala que trabalhou no Banco Mundial em Pequim:

“talvez a China seja o melhor exemplo de país que deu ouvidos aos conselhos estrangeiros, mas tomou decisões em função de suas próprias circunstâncias sociais, políticas e econômicas. [...] Seja qual for a base do sucesso da China, com certeza não foi a adoção cega das políticas [do Consenso] de Washington. A reforma com “características chinesas” foi traço que definiu o processo reformador da China” (ARRIGHI, 2008. Pág. 361)

Por ser um país de grande extensão territorial, com um alto índice populacional, tendo os seus próprios costumes locais, idioma, redes e

instituições, a cultura chinesa foi uma grande aliada da China para manter o controle do país quando receberam investimentos estrangeiros, pois tudo o que os estrangeiros iriam fazer no país era necessária a ajuda de um intermediário local. Então “a desregulamentação e a privatização ocorreram de forma mais lenta em relação a outros países que seguiram a receita neoliberal” (idem, pág.361). Isso permitiu que a China combinasse a política de exportação que estava surgindo com as vantagens de uma economia que era controlada e buscava estar centrada em si mesma.

No início do século XXI, a China estabeleceu que o país iria se tornar uma economia socialista de mercado, sendo esta considerada uma experiência de desenvolvimento única (SILVA & FRUTUOSO, 2021). Para melhor entendimento, faz-se necessária a definição do termo “socialismo de mercado”.

“[...] o “socialismo de mercado” é uma formação que associa – via coexistência e coabitação – modos de produção de diferentes épocas históricas em clara unidade de contrários. Não se trata de uma sociedade estruturada no mais alto patamar possível de desenvolvimento humano, ou seja, o socialismo em sua plenitude”. (JABBOUR e col., 2020. Pág.1037)

Após a decisão de se tornar uma economia socialista de mercado a China decidiu aderir a Organização Mundial do Comércio, em dezembro de 2001. A título de conhecimento, abaixo será apresentada a definição da OMC, segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária do Brasil.

“A Organização Mundial do Comércio (OMC) é o foro multilateral responsável pela regulamentação do comércio internacional. Seus diversos órgãos se reúnem regularmente para monitorar a implementação dos acordos em vigor, bem como a execução da política comercial dos países membros, negociar o acesso de novos participantes e acompanhar as atividades relacionadas com o processo de solução de controvérsia.” (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2017)

Com a adesão a OMC o país asiático precisou assumir as normas da Organização, ou seja, “uma série de compromissos de abertura e liberalização de suas relações econômicas com o exterior” (CHAMORRO, pág. 270. Tradução nossa).

Com a ascensão chinesa no sistema internacional como uma potência, veio também a adesão ao Fundo Monetário Internacional.

“O Fundo Monetário Internacional – FMI, criado em 1945, é uma organização composta por 190 países e que possui, de acordo com seu Convênio Constitutivo, os objetivos de promover a cooperação monetária internacional; facilitar a expansão e o crescimento

equilibrado do comércio internacional, contribuindo para a promoção e manutenção de níveis de emprego e de renda real e para o desenvolvimento dos recursos produtivos; promover a estabilidade cambial; auxiliar no estabelecimento de um sistema multilateral de pagamentos; e disponibilizar recursos a países membros que estejam passando por dificuldades em seu balanço de pagamentos. Visando a alcançar essas finalidades, o FMI atua em três vertentes: supervisão econômica, oferta de liquidez e assistência técnica”. (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2021)

Além destes, a China faz parte de outros dois grupos importantes dentro do cenário internacional, o G20 e os BRICS. Estes grupos são formados por países em desenvolvimento e tem como objetivo alcançar a estabilidade global e o desenvolvimento dos países envolvidos, respectivamente. A adesão chinesa a estes grupos e organizações, tornou o país asiático relevantemente influente, além de atrativo aos olhos dos outros Estados para manter relações diplomáticas e econômicas (SILVA & FRUTUOSO, 2021). Para concluir, torna-se notável que as decisões assertivas dos líderes chineses que ocasionaram mudanças no interior do próprio país e no Sistema Internacional, elevou a China ao patamar de potência, no qual se encontra hoje.

3 A CRISE DE 2008

Com o objetivo de responder à pergunta geradora deste trabalho, torna-se indispensável a exposição de um momento histórico muito relevante, a crise de 2008. Evans (2011), a crise financeira iniciou no ano de 2007 nos Estados Unidos, e esta levou a nação a mais profunda recessão global desde a Segunda Guerra Mundial. Para melhor entendimento, é necessário fazer um apanhado histórico que levou ao colapso da crise.

Segundo Evans, na década de 1980 os Estados Unidos entraram em uma nova fase do capitalismo, sendo esta chamada de “capitalismo dirigido pelas finanças” (EVANS, pág.12). Durante essa fase houve um crescimento significativo no setor financeiro, envolvendo os grandes bancos, instituições financeiras não bancárias (como fundos de pensão e de investimentos), ações complexas e instrumentos especulativos. (EVANS, 2011). A consequência desse crescimento no setor financeiro foi “pressão sobre as empresas não financeiras do setor industrial e comercial no sentido de darem prioridade à obtenção do maior retorno financeiro possível para os acionistas – a busca do “valor do acionista” (EVANS, pág.13), pois se a empresa não oferecesse lucro aos investidores, os mesmos poderiam deixar de investir e, conseqüentemente, a empresa sairia do mercado, mas, para evitar isto, as empresas passaram a contratar terceiros e reduzir custos. Sendo assim, as empresas não financeiras passaram a investir em ativos financeiros, pois estes demonstravam um retorno financeiro maior do que os investimentos fixos iniciais (máquinas, equipamentos e edifícios) e, como inferência, a geração de emprego no país era menor (EVANS, 2011). Esta fase do capitalismo pareceu muito boa aos olhos das empresas estadunidenses, que teve um aumento na ação de lucros corporativos, saindo de 15% em 1980 a 35% no início dos anos 2000. Na década de 1990, a economia estadunidense experimentou o que ficou conhecido como boom da tecnologia da informação (TI).

“O aumento dos lucros e um forte crescimento dos empréstimos alimentaram um investimento crescente em novas tecnologias e levaram a uma grande bolha nos preços das ações. As famílias com participações de ações diretas ou indiretas experimentaram o “efeito riqueza”, e faziam empréstimos para financiar o aumento do consumo” (EVANS, 2011. Pág.14).

Nos anos anteriores ao colapso da crise, a economia dos Estados Unidos vivenciou mais um boom de expansão, o boom nos preços das

habitações. Durante essa fase, famílias de baixa renda conseguiam fazer empréstimos por meio do que ficou conhecido como “hipotecas subprime”. Com a facilitação dos empréstimos e o elevado preço das habitações, famílias tomaram empréstimos das instituições financeiras e utilizaram para financiar o aumento do consumo, conforme Evans (2011) traz em seu texto.

“Como o aumento da demanda elevou os preços das habitações, muitas famílias tomaram empréstimos diante do aumento do valor das suas casas, e estes foram então usados para financiar o aumento do consumo (...) Mas quando a bolha de preços das casas estourou em 2007, toda a situação foi desvendada, detonando a crise financeira mais grave desde a década de 1930”. (EVANS, 2011. Pág.14).

O colapso da crise se deu então em agosto de 2007. Neste momento, os bancos não obtinham conhecimento do tamanho das perdas sofridas com relação aos títulos hipotecários, e isso interrompeu um processo importantíssimo, o mercado monetário interbancário, no qual os bancos emprestam dinheiro uns para os outros, e este é considerado de extrema relevância para este tipo mercado (EVANS, 2011), além disso, aconteceu a mesma coisa de forma simultânea no continente europeu. O Federal Reserve e o Banco Central europeu buscaram injetar grandes quantidades de recurso financeiro com o objetivo de salvar o mercado monetário, mas isso foi suficiente apenas para impedir o colapso total deles, pois ao longo dos meses os títulos hipotecários estadunidenses continuaram a se desvalorizar. Como consequência, vários bancos extremamente relevantes para o mercado foram a falência no ano de 2008, como por exemplo, o Bear Stearns e o Lehman Brothers e com isso o mercado de ações internacional estava em colapso. Governos de diversos países, como Estados Unidos, Alemanha, Grã-Bretanha e França anunciaram planos de investimento de capital e planos que garantiam os empréstimos “interbancários na esperança de que isto levaria a um retorno dos empréstimos” (idem, pág.17). Nas palavras de Evans:

“(...) embora a intervenção estatal coordenada tenha evitado uma cadeia de falências financeiras, foi incapaz de impedir o colapso dos empréstimos bancários, nos Estados Unidos ou na Europa.” (EVANS, 2011. Pág.17)

Com o colapso da crise, veio a recessão global. Os créditos dos bancos estadunidenses se findaram, as aplicações financeiras despencaram, e a população americana começou a sofrer com o desemprego, com isso “os Estados Unidos foram atingidos pela sua mais grave crise desde 1930” (EVANS,

pág.18). Com isso, outras partes do globo terrestre também sentiram os impactos da crise. A Europa Ocidental, por exemplo, exportava em grande volume para os Estados Unidos, e com a crise as exportações europeias tiveram uma queda de 20%, além de ter que enfrentar a limitação de créditos bancários. Países da Europa Oriental também foram afetados, pois estes tiveram o financiamento de déficits (que conseguiram a juros favoráveis no mercado internacional) interrompidos (EVANS, 2011). No continente asiático, países como o Japão e a China também foram afetados, principalmente no que tange a exportações de bens manufaturados aos Estados Unidos. No caso do Japão, por exemplo, as exportações caíram 50% (EVANS,2011).

3.1 A CRISE NA CHINA SEU POSICIONAMENTO A NÍVEL GLOBAL

Como citado no capítulo anterior, a recessão causada pela crise de 2008 alcançou diversos países ao redor do globo, e com a China não foi diferente, o gigante asiático também foi afetado. Como já descrevemos anteriormente, a China se transformou em um polo produtivo (a nível internacional) de bens manufaturados, e com isso a sua capacidade de exportação aumentou significativamente no fim do século XX e início do século XXI, conforme Ciseski:

“A abertura ao exterior resultou na forte elevação das exportações, que saltaram de 5% do PIB na década de 1970 para mais de 30% na década de 2000, com pico de 39% em 2006 (...). Sua participação no total mundial pulou de 1% para quase 9% em 2007, antes da crise financeira global”. (CISESKI, 2012. Pág.73)

Levando em consideração a posição de potência exportadora alcançada pela China no mercado internacional no início do século XXI, e o agravamento da crise nos países centrais, que tinham seu sistema financeiro interligado ao dos EUA, e eram grandes importadores de produtos chineses, Castilho (2021, pág. 9) afirma que “os principais impactos imediatos da crise de 2008 na China foram na forma de redução do comércio exterior e diminuição dos fluxos financeiros internacionais”. Vale ressaltar que a China detinha grande quantidade de títulos do Tesouro dos EUA como forma de investimento, conforme trecho abaixo, porém o Gigante asiático não estava ligado aos Títulos que ocasionaram a Crise de 2008 (CASTILHO, 2021).

“(…) Para a China, a compra de títulos do Tesouro dos EUA é o canal predominante de exportação de capitais, enquanto para os EUA, a venda de títulos do Tesouro para estrangeiros constitui o canal

principal de entrada de capital. A regra básica da macroeconomia dita que poupança menos investimento também é igual ao superávit comercial” (CASTILHO, 2021 apud HUNG, 2016. Pág.148).

Como consequência dos impactos sofridos pela China na redução do comércio exterior e do fluxos financeiros internacionais, houve um desaceleramento nas taxas de crescimento do eixo sino-americano de acumulação, que era de 3,3% até 2008 e após esse período foi de 2,5% (CASTILHO, 2021) e um desaquecimento nas relações do eixo-sino americano, o que acarretou em “um acirramento da competição industrial e aumento da capacidade ociosa no mundo, principalmente na China” (CASTILHO, 2021 apud DE CONTI e BILKSTAD, 2017).

Castilho (2021) traz em seu texto que a Crise de 2008 trouxe grandes mudanças na estratégia de desenvolvimento chinesa, pois até então o país seguia um modelo muito próximo às estratégias estadunidense de desenvolvimento no que tange a economia e a política, o que levou a formação do eixo sino-americano de acumulação, conforme citamos anteriormente. Nas palavras de Castilho:

“A crise de 2008 foi um marco na estratégia de desenvolvimento da China. Antes da sua eclosão, o país seguia um caminho muito alinhado às estratégias econômicas e políticas estadunidenses, formando o eixo sino-americano de acumulação. Nesse momento, as autoridades chinesas tinham esperanças que o alinhamento econômico com os EUA serviria, para além dos ganhos econômicos, para o aprendizado por parte dos atores econômicos chineses, públicos e privados, das melhores práticas empresariais e regulatórias” (CASTILHO, 2021. Pág.15).

Com a eclosão da Crise as práticas capitalistas adotadas pelos Estados Unidos foram colocadas em dúvida por parte da China, sendo assim, as autoridades chinesas acreditaram que o “momento de seguir um caminho mais autônomo em relação às políticas de Washington” (CASTILHO, 2021. Pág. 16. apud CHOW, 2010) havia chegado. Para alcançar tais objetivos o governo chinês implementou o pacote de estímulo contra a crise, com a finalidade de combatê-la por meio de investimentos e incentivo ao consumo.

“As políticas de combate aos impactos da crise na China foram implementadas rapidamente e marcaram uma reversão das políticas macroeconômicas dos anos anteriores, objetivando aumentar a liquidez da economia chinesa para incentivar o consumo e o investimento (FANG, YANG e MEYAN, 2009; WONG, 2011). A política fiscal veio na forma de um pacote de estímulos ao investimento, o maior de todos os países do G-20 (KHATIWADA, 2009). O valor inicial destinado para esse pacote era de cerca de 4 trilhões de renminbis, ou US\$ 586 bilhões, equivalente a 13,88% do PIB chinês de 2008, a

serem gastos nos 27 meses entre o quarto trimestre de 2008 e 2010. O pacote foi desenhado para cobrir sete áreas prioritárias: infraestrutura geral (38%); recuperação de áreas afetadas por terremotos em Sichuan (25%); habitação subsidiada (10%); inovações e reestruturação econômica (9%); infraestrutura rural (9%); redução de emissões e preservação ambiental (5%); e desenvolvimento social (4%) (FANG, YANG e MEYAN, 2009)” (CASTILHO, 2021. Pág.15).

Castilho (2021) apud Pontes (2018) afirma que as medidas impostas pelo governo chinês começaram a trazer resultados no primeiro trimestre de 2009 com a “expansão da demanda agregada e aumento do investimento e do crédito” (CASTILHO, pág. 15). Para melhor entendimento, o Produto Interno Bruto do país aumentou 8,6% no terceiro trimestre de 2009 e 13% no quarto trimestre do mesmo ano (CASTILHO 2021) e houve um aumento de aproximadamente 8,5 milhões de empregos no primeiro trimestre de 2009 (idem, 2021).

É interessante abordar a maneira que a China se posicionou perante o sistema internacional por meio do G20. A título de conhecimento, o G20 foi criado no fim da década de 1990, por países desenvolvidos e em desenvolvimento e tinha como principal objetivo “aprofundar a cooperação internacional entre economias avançadas e emergentes para a gestão das crises financeiras internacionais” (MANZI, 2015 apud Okubo, 2014. Pág. 37). Devido à crise de 2008, o G20 financeiro teve um papel importante e eficaz na gestão dos períodos de turbulência internacional (MANZI, pág..43). Neste período o grupo teve os seus encontros transformados em cúpulas entre os líderes dos Estados envolvidos. E, durante os discursos feitos nestas cúpulas, é possível notar um maior posicionamento chinês perante o Sistema Internacional, além de um possível alinhamento político entre o Brasil e a China, que será abordado a seguir. Após a crise de 2008, houve alguns encontros entre os chefes de Estado, que tinham por objetivo impedir o aprofundamento da crise, conforme destaca Manzi:

“No início de novembro de 2008, o governo Bush convocou a primeira cúpula do grupo. A primeira reunião que envolveu os chefes de governo do G20 ocorreu dia 15 de novembro de 2008, na capital dos Estados Unidos. (...) A declaração final do primeiro encontro do G20 enfatizou que o principal objetivo do grupo era impedir o aprofundamento da recessão econômica e restaurar a confiança dos mercados financeiros internacionais”. (MANZI, 2015. Pág. 41)

Durante essas cúpulas o gigante asiático se posicionou trazendo propostas para reformas dentro do sistema financeiro internacional, buscando o

crescimento global e o bem-estar das sociedades oriundas dos diversos países do mundo, como traz Ramos et al:

“A posição da China em Washington focou-se em quatro prioridades básicas: 1) uma ampla reforma no sistema monetário, nas instituições financeiras e nas regras e procedimentos das finanças internacionais; 2) uma reforma que contemple de maneira balanceada os interesses de todas as partes; 3) reformas incrementais que visem a um progresso gradual; 4) uma reforma orientada que objetive resultados práticos. As reformas deveriam contribuir para a estabilidade financeira internacional, o crescimento econômico global e o bem-estar das pessoas de todos os países”. (RAMOS et al, 2012. Pág.17)

Além disso, nas cúpulas seguintes, o país asiático também pediu maior voz aos países que estão em desenvolvimento e apoiou na criação de uma moeda de reserva internacional supra-soberana como forma de substituir o dólar, o que é visto por alguns especialistas como uma estratégia chinesa da promoção da própria moeda, o yuan (RAMOS et al, pág. 17).

O posicionamento chinês perante o sistema internacional durante o contexto pós-crise 2008, bem como a maneira como a China lidou com a crise demonstra a sede chinesa de se impor como potência e demonstrar a sua capacidade de crescimento e, conseqüentemente, diminuir a dependência das estratégias de acumulação estadunidenses.

“É nessa perspectiva que devem ser interpretadas as mais importantes iniciativas econômicas da China no período: Plano Made in China2025, a Nova Rota da Seda, a Parceria Regional Econômica Abrangente e os novos bancos internacionais de investimento, como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura e o Novo Banco de Desenvolvimento. Todas essas iniciativas estão relacionadas ao objetivo maior de criar novas formas de sustentação externa da economia chinesa e, simultaneamente, diminuir a relevância dos Estados Unidos para a economia chinesa” (CASTILHO, 2021. Pág.17).

Estas iniciativas chinesas incentivam inovação e inserção no cenário internacional, a garantia de mercado para os produtos oriundos da China, valorização da sua moeda em nível internacional (CASTILHO, pág. 17), e por meio destes objetivos chineses será tratada a crescente relação comercial entre Brasil e China. Levando em consideração estes pontos abordados, pode-se afirmar que o pacote de estímulo fiscal implantado pela China, foi de extrema importância para a retomada do crescimento chinês pós-crise 2008 (PONTES, pág. 217). Já a maneira como a potência asiática se posicionou nas cúpulas do G20, pedindo maior voz para as nações em desenvolvimento, buscando a valorização da sua moeda e/ou substituição do dólar, e a mudança de estratégia implantada pela China demonstra que o Estado Chinês estava se impondo e não

ficaria mais na sombra de países centrais, como os Estados Unidos. Após este período a China também lançou crescentes megaprojetos de infraestrutura, com os seguintes objetivos:

“Os crescentes megaprojetos de infraestrutura encabeçados pelo Estado chinês visam à exportação de capitais de bens e serviços, à maior integração física interna e com os países fronteiriços, ao abastecimento interno de commodities e à busca de recursos energéticos, sendo partes da racionalidade chinesa de diminuição dos níveis de capacidade ociosa principalmente de indústrias estatais, como as de cimento, aço e equipamentos de construção (CINTRA et al, 2015: 26). Os investimentos em infraestrutura podem ser compreendidos, tanto na esfera interna quanto externa, como elementos que estimulam o crescimento econômico e a integração, dentro da estratégia de inserção internacional chinesa. Esse movimento ganha força com a criação do Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB), que conta com forte presença da China (PONTES, 2018. Pág. 218).

Dessa forma, nota-se que o gigante asiático adotou medidas importantes para amenizar os impactos causados pela crise de 2008 e mudou o seu posicionamento dentro do cenário internacional, surgindo como uma potência autônoma e estratégica, desenvolvendo projetos que “redesenham o sistema internacional e não deixam de levantar indagações acerca dos limites da chamada ascensão pacífica da China”. (PONTES, 2018. Pág. 218 apud PECEQUILO; CARMO, 2014: 65)

3.2 A Crise de 2008 no Brasil

Assim como para todos os países do globo, a crise também chegou para o Brasil, porém, de uma forma mais branda. Na época o presidente em exercício, Luiz Inácio Lula da Silva, comentou que a crise era como um tsunami nos Estados Unidos, mas no Brasil chegaria apenas como uma “marolinha” (O GLOBO, 2008). Fonseca (2013, pág. 19) apud Assunção (2012) aponta que, inicialmente, a economia brasileira não foi atingida de forma brusca pela crise “por estar fortalecida no que se refere ao setor externo, apresentando maior resistência a choques, além de uma política fiscal e monetária que colaborou para um menor impacto”. Porém, mesmo chegando de forma mais branda, no terceiro trimestre de 2008 o país sofreu com “a redução de créditos destinados à exportação, financiamento de investimentos produtivos e aquisição de produtos, em especial os bens de consumo duráveis” (FONSECA, 2013. Pág. 19 apud BRASIL, 2010), o que resultou em prejuízos para alguns setores, em

especial o exportador. Para melhor entendimento, Araújo (2011) listou 3 canais de transmissão da crise financeira sobre a economia brasileira. O primeiro canal se deu por meio das commodities, que devido a desaceleração da economia mundial juntamente com a queda dos preços internacionais das commodities agro minerais recaíram sobre a balança comercial, reduzindo assim, o preço e quantidade exportados. O segundo canal se daria pelo sistema financeiro, que devido à incerteza da crise, “levou os grandes bancos a contrair o crédito, como resultado do aumento da aversão ao risco e da preferência pela liquidez”. Essa redução de crédito, atingiu empresas e consumidores reduzindo o consumo, investimentos, gastos do governo e as exportações, causando desaceleração econômica. Já o terceiro canal, seria a aversão ao risco e a contração do crédito por parte dos bancos, dessa forma a população estaria adiando decisões de investimento e consumo, e conseqüentemente, desacelerando a economia (ARAÚJO, pág. 11).

Segundo Araújo et al (2011, pág. 7), os resultados apresentados pela economia brasileira no ano de 2009 foram surpreendentes, isso porque o cenário que se desenhava no ano anterior com a eclosão da crise era preocupante. Mas, segundo o autor, “as estimativas pessimistas que se faziam no término de 2008 não se confirmaram” (ARAÚJO, pág. 7), já que a recessão perdurou apenas 6 meses e logo a economia brasileira voltou a registrar crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). O autor ainda ressalta:

Os resultados exibidos pela economia brasileira permitem colocá-la em melhor situação que a de países também em desenvolvimento como Chile, Argentina, México e Rússia, bem como a média da União Europeia (UE) e mesmo os Estados Unidos, epicentro da crise financeira internacional (IPEA, 2009, pág. 12; MECON, 2009). (ARAÚJO, 2011. Pág. 7)

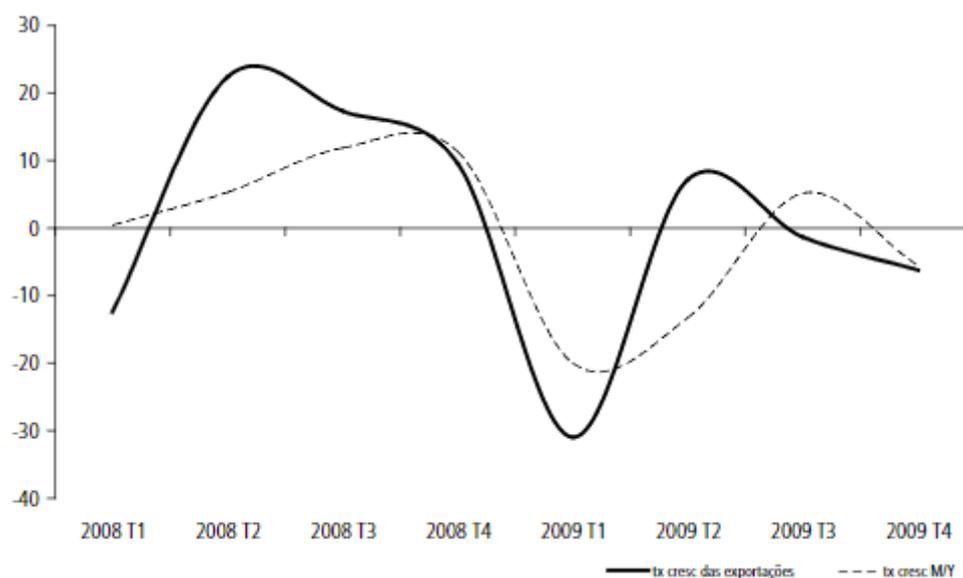
Para a rápida recuperação da economia, o governo brasileiro adotou políticas anticíclicas que tinham por base o afrouxamento das políticas fiscais e monetárias, visando expandir a demanda agregada (consumo, investimento, gastos do governo e as exportações líquidas) e retomar o crescimento da economia (FONSECA, pág. 23). Araújo (2011) esclarece:

No primeiro grupo de medidas, pode-se citar, sem esgotar o leque, desonerações fiscais para os setores automobilístico, de eletrodomésticos de linha branca e moveleiro, além da manutenção do gasto público. No segundo grupo, pode-se citar a redução no compulsório, a expansão do crédito por parte dos principais bancos públicos – Banco do Brasil (BB), Caixa Econômica Federal (CAIXA) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – e

a redução (ainda que tardia) da taxa básica de juros. Nos meios governamentais, o Brasil era comumente apontado como “o primeiro país a sair da crise”. (ARAÚJO, 2011. Pág. 7)

Na época o Jornal The Economist publicou uma matéria intitulada “Brazil takes off”, ou em tradução livre, “O Brasil decola”, e destacou: “O Brasil está em alta. Não evitou a recessão, mas esteve entre os últimos países a entrar e os primeiros a sair” (THE ECONOMIC, 2009. Tradução nossa). Isso pode ser visto no gráfico seguinte, elaborado por Araújo (2011):

Gráfico 1: Exportações e importações/PIB: taxa de crescimento



Fonte: ARAÚJO (2011)

Aqui pode-se notar que no terceiro trimestre de 2008 houve uma queda nas importações e exportações brasileiras, mas já houve uma boa recuperação a partir do segundo trimestre de 2009.

É interessante abordar a forma como o Brasil se posicionou no cenário internacional durante as cúpulas do G20 e como a sua relação com a China (que será abordada na sessão seguinte) contribuiu para a rápida recuperação brasileira. Ao analisar o posicionamento brasileiro nas cúpulas do G20 (que foram abordadas na sessão anterior) nota-se uma tendência para o lado chinês, já que o Brasil também defendeu uma maior voz aos países emergentes, propôs para a China a utilização do Real e do Yuan no comércio bilateral, como um substituto do dólar e defendeu a valorização do Yuan, para evitar contenda com o gigante asiático (RAMOS et al, pág, 20 e 21), conforme o

trecho abaixo:

“(...) o país se opôs ao esforço estadunidense de incluir na declaração final um apelo à retomada da rodada de Doha de liberalização comercial e defendeu a valorização do Yuan, com o intuito de não entrar em atrito com a China” (RAMOS et al, 2012. Pág. 21).

Nesta sessão podemos notar que as políticas adotadas pelo governo brasileiro foram de extrema importância para a recuperação da economia brasileira, pois como foi exposto anteriormente, o país sofreu com a crise, mesmo que de forma mais branda. Pode-se visualizar também o estreitamento dos laços entre as duas nações e como o Brasil e a China estavam alinhados dentro do cenário internacional. Vale ressaltar ainda a importância deste parceiro comercial para o Brasil neste período, o que levou a China a se transformar no maior parceiro econômico do Brasil no ano de 2009, tendo ultrapassado os Estados Unidos, que exercia este posto por mais de 80 anos.

4 CHINA: O MAIOR PARCEIRO ECONOMICO DO BRASIL PÓS 2008

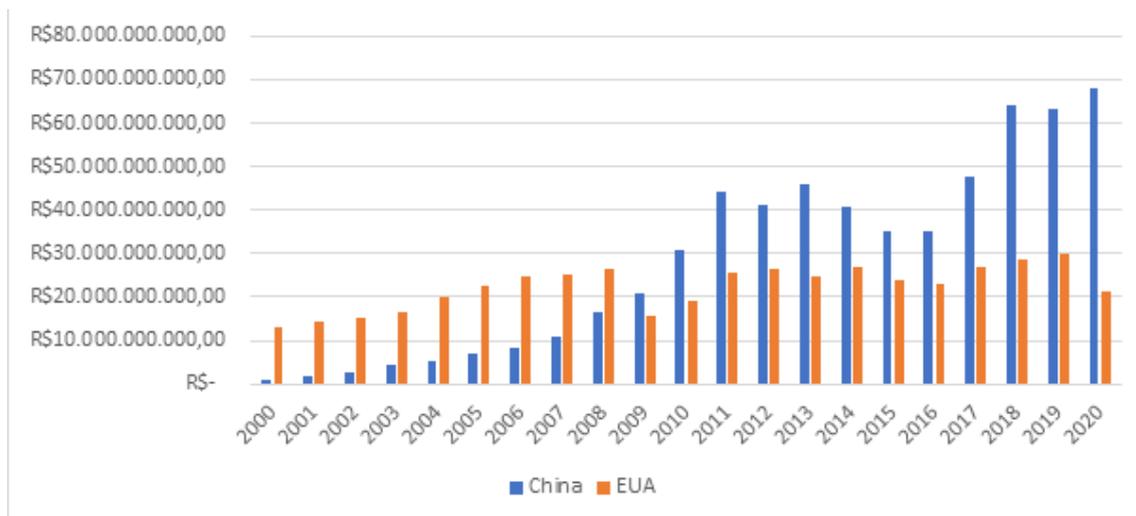
Na sessão anterior explicou-se como a crise financeira global afetou o Brasil e quais foram as ações do governo brasileiro para a contenção da mesma. Além das políticas anticíclicas adotadas pelo governo brasileiro, existe um outro ponto chave que ajudou na rápida recuperação brasileira naquele momento: a forte demanda chinesa por minérios e produtos agrícolas (OLIVEIRA, pág. 93). Segundo Araujo (2011, pág. 8), aspectos do cenário internacional como “a manutenção de altas taxas de crescimento econômico da China (...) permitiu a recuperação do comércio internacional já a partir do segundo trimestre de 2009”, e isto contribuiu para a economia brasileira, pois mesmo sendo um ano atípico, as demandas chinesas possibilitaram que o Brasil apresentasse superavit na balança comercial bilateral em 2009 e nos anos seguintes (OLIVEIRA, pág. 149). O autor observa que o relacionamento comercial entre os dois países foi extremamente importante para suprir os cortes de importações sofridos por parte dos outros países, e de forma mais objetiva, ressalta que “a China tem um papel fundamental na manutenção de superavit na balança comercial brasileira”. (OLIVEIRA, pág. 152).

Devido ao apetite chinês por produtos primários e a vasta disponibilidade dos mesmos no território brasileiro, juntamente com a queda das exportações oriundas de outros países por conta da crise financeira, em 2009 a República Popular da China alcançou a marca de maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando na soma das exportações e importações uma posição mantida durante décadas pelos Estados Unidos (OLIVEIRA, pág. 145). Nas palavras do autor:

“Com a consolidação dos dados de comércio exterior de 2009 a República Popular da China passou a ser o principal parceiro comercial do Brasil, ultrapassando na soma das exportações e importações uma posição mantida por 80 anos pelos Estados Unidos”. (OLIVEIRA, 2010. Pág. 94)

Nos gráficos abaixo, elaborado com base nos dados do site Comex Stat, mostra o crescimento da influência chinesa dentro do território brasileiro, em termos de exportação e importação. É interessante analisar a queda das exportações brasileiras aos Estados Unidos no ano de 2009, o que coincide com a crise financeira sofrida pelos países centrais no ano anterior e com o fato da China alcançar o posto de maior parceiro comercial do Brasil.

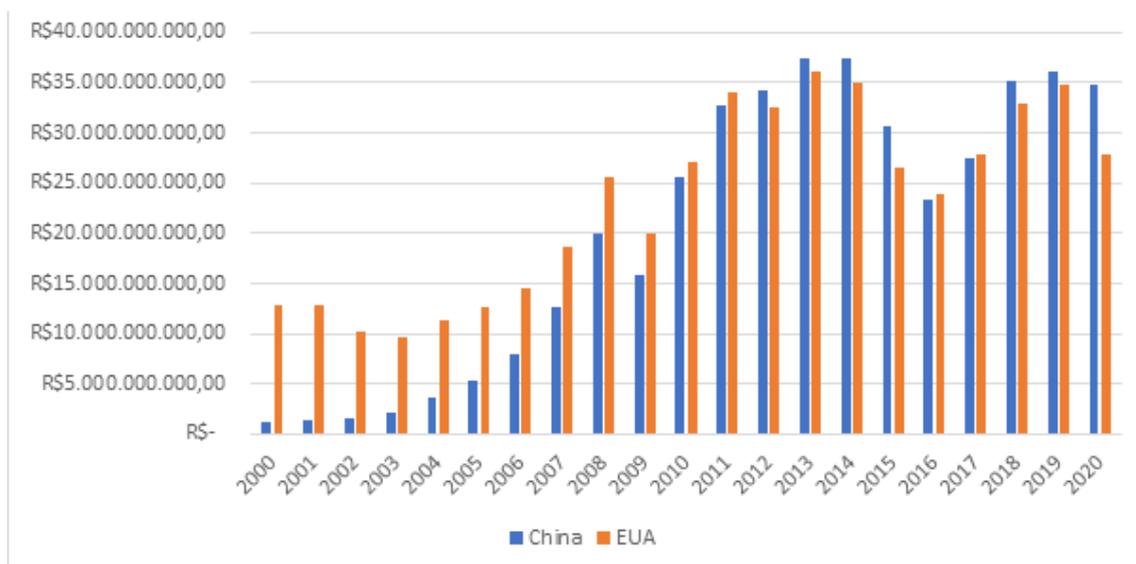
Gráfico 2: Exportações brasileiras para EUA e China (em bilhões de dólares)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Comex Stat

Acessado em 14/03/2022

Gráfico 3¹: Importações brasileiras dos EUA e China (em bilhões de dólares)



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Comex Stat

Acessado em 14/03/2022

Segundo análises feitas por Borges e Venero as exportações brasileiras feitas a China são majoritariamente produtos primários, conforme trecho e tabela abaixo:

¹ Gráficos elaborados com base nos dados do Comex Stat, uma ferramenta do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviço.

“Sobre a composição das exportações brasileiras para China conforme nossas hipóteses iniciais, elas são concentradas em produtos primários e de 2002 a 2020 essa tendência se manteve com os três principais produtos indo de aproximadamente 57% do total em 2002 a mais de 75% em 2020” (BORGES E VENERO, 2021. Pág. 30)

Tabela 1: Participação dos principais produtos exportados pelo Brasil para a China, entre 2002 e 2020. Em (%).

SH2	DESCRIÇÃO	ANO																		
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
12	Sementes e frutos oleaginosos: grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e	33%	29%	30%	25%	29%	26%	32%	30%	23%	25%	29%	37%	41%	45%	41%	43%	43%	32%	31%
26	Minérios, escórias e cinzas	24%	17%	21%	28%	32%	36%	32%	38%	44%	46%	37%	36%	31%	19%	22%	23%	18%	23%	28%
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais;	0%	1%	4%	8%	10%	8%	10%	6%	13%	11%	12%	9%	9%	12%	11%	16%	23%	24%	17%
2	Carnes e miudezas comestíveis	0%	0%	1%	1%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	1%	1%	1%	3%	5%	4%	4%	7%	10%
47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas: papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas)	5%	6%	5%	4%	5%	4%	4%	5%	4%	3%	3%	3%	4%	5%	6%	5%	5%	5%	4%

Fonte: BORGES et al, 2021.

No que tange as importações os principais produtos importados, são bens manufaturados.

Tabela 2: Participação dos principais produtos importados pelo Brasil da China, entre 2002 e 2020. Em (%).

SH2	DESCRIÇÃO	ANO																		
		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes: aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	29%	33%	37%	40%	39%	34%	31%	33%	31%	30%	29%	29%	29%	28%	30%	32%	27%	30%	31%
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes	10%	10%	11%	14%	17%	19%	19%	20%	22%	21%	23%	22%	19%	17%	17%	16%	14%	15%	16%
29	Produtos químicos orgânicos	11%	10%	8%	7%	6%	5%	6%	7%	5%	5%	6%	6%	6%	9%	8%	8%	8%	9%	
89	Embarcações e estruturas flutuantes	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%	1%	3%	3%	0%	10%	6%	5%
90	Instrumentos e aparelhos de óptica de fotografia, de cinematografia, de medida, de controle ou de precisão: instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos, suas partes e acessórios.	6%	6%	6%	7%	6%	6%	6%	5%	4%	2%	2%	2%	2%	2%	3%	2%	2%	2%	3%

Fonte: BORGES et al, 2021.

Ao analisar o levantamento de dados realizado por Borges & Venero, pode-se notar determinada semelhança com a afirmação de Oliveira (2010), onde o autor argumenta que a China reproduz no Brasil a relação típica que tem com os outros países do leste asiático: fornecendo produtos manufaturados em troca de minérios e produtos agrícolas (OLIVEIRA, pág. 89).

Além do fortalecimento do comércio bilateral, segundo Oliveira, nos anos posteriores a crise o Brasil e a China fortaleceram a sua política de parceria com o objetivo de expandir as suas capacidades nos mecanismos

internacionais de tomada de decisões. A participação no G20, abordada anteriormente, ampliou as participações nas decisões financeiras internacionais, buscando a promoção de ajustes no comércio internacional que atendessem aos interesses próprios. (OLIVEIRA, Pág. 94)

“Neste sentido, a crise econômico-financeira possibilitou o reforço dos laços e da parceria estratégica entre Brasil e China, propiciando o compromisso informal de retomada da perspectiva de uma posição comum nas instituições internacionais”. (OLIVEIRA, 2010. Pág. 94)

Uma das formas de fortalecer essa parceria é o do Plano de Ação Conjunta, assinado em 14 de Abril de 2010 pelos Chefes de Estado, Lula e Hu Jintao. Este tinha por objetivo o estabelecimento de metas e a criação de mecanismos permanentes de consulta e coordenação entre os dois países, conforme afirma Silva & Frutuoso:

“Em 14 de abril de 2010, foi assinado por Lula e Hu Jintao, o Plano de Ação Conjunta, cujo objetivo era trazer institucionalidade à relação sino-brasileira, através da definição de metas e mecanismos permanentes de consulta e coordenação, além de fortalecer a COSBAN. O plano trazia objetivos para 2010 e 2014 que adinham do Comunicado Conjunto firmado entre as nações durante a visita de Lula a China em 2009, fornecendo instruções estratégicas que promovessem a parceria estratégica dessa relação e trouxessem a cooperação nas principais áreas de interesse” (SILVA & FRUTUOSO, 2021 apud CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA, 2010).

No Artigo 1 do Plano de Ação Conjunta, os seguintes princípios são listados:

“1. A fim de promover um desenvolvimento abrangente e aprofundado da Parceria Estratégica Brasil-China e intensificar ainda mais a cooperação amigável e mutuamente benéfica entre os dois países, as duas Partes acordaram assinar o "Plano de Ação Conjunta" em um espírito de igualdade, pragmatismo e obtenção de resultados positivos para ambas as Partes; 2. O Plano de Ação Conjunta define os objetivos, metas concretas e orientações para a cooperação bilateral para os próximos cinco anos. O plano visa a melhorar a coordenação e a atuação dos mecanismos de cooperação bilateral existentes, bem como a ampliar e aprofundar a cooperação bilateral em todas as áreas” (CEBC, 2010).

Em Abril de 2011 Dilma Rousseff e Wen Jiabao assinaram o Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China. Este tem por objetivo promover ainda mais o desenvolvimento do Plano de Ação Conjunta e busca mitigar os efeitos da crise de 2008. Em seu preâmbulo:

“Brasil e China são grandes países em desenvolvimento, que enfrentam desafios e oportunidades comuns e compartilham objetivos e estratégias de desenvolvimento convergentes. Ambos atribuem especial importância ao desenvolvimento sustentável em seus três pilares: econômico, social e ambiental. Desde a crise econômica

internacional de 2008, os dois países vêm mantendo consultas frequentes para mitigar seus efeitos. Para refletir esse novo estágio das relações sinobrasileiras, ambos os países decidiram designá-las Parceria Estratégica Global. O aprofundamento ainda maior da Parceria Estratégica sinobrasileira, a qual transcende o campo bilateral, reflete a aspiração e o interesse de Longo prazo dos dois povos em promover o desenvolvimento e a paz mundial (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2012)

O desenvolvimento do Plano Decenal se concentrou nas seguintes áreas: Ciência, Tecnologia, Inovação e Cooperação Espacial; Minas, Energia, Infraestrutura e Transportes; Investimentos e Cooperação Industrial e Financeira;

Com a assinatura destes acordos foi possível fortalecer a parceria estratégica entre as duas nações. Isso reflete na relação comercial entre o Brasil e a China (conforme apresentado no gráfico 2), onde é possível notar um disparo nas exportações brasileiras que tem por destino a China no período posterior a crise de 2008. Borges & Venero argumentam que o Brasil tem superávits crescentes com o gigante asiático e “a Corrente de Comércio cresceu imensamente, indo de aproximadamente 4 bilhões de dólares em 2002 a mais de 100 bilhões de dólares em 2020” (Borges&Venero, pág. 29), conforme tabela abaixo:

Tabela 3: Panorama comercial Brasil-China, entre 2002 e 2020. Em US\$ (bi.)

Ano	Exportações	Importações	Corrente	Saldo	Cobertura
2002	2,5	1,7	4,2	0,8	1,5
2003	4,5	2,3	6,9	2,2	1,9
2004	5,4	4,1	9,5	1,4	1,3
2005	6,8	5,8	12,7	1	1,2
2006	8,4	8,6	17	-0,2	1
2007	10,7	13,7	24,4	-2,9	0,8
2008	16,4	21,7	38,1	-5,3	0,8
2009	20,2	16,9	37,1	3,3	1,2
2010	30,8	27,8	58,6	3	1,1
2011	44,3	35	79,3	9,3	1,3
2012	41,2	36,5	77,7	4,8	1,1
2013	46	39,6	85,6	6,4	1,2
2014	40,6	39,3	80	1,3	1
2015	35,6	32	67,6	3,6	1,1
2016	35,1	24,4	59,6	10,7	1,4
2017	47,5	28,8	76,3	18,6	1,6
2018	63,9	36,3	100,2	27,7	1,8
2019	63,4	36,7	100	26,7	1,7
2020	67,7	36	103,6	31,7	1,9

Fonte: BORGES et al, 2021.

Com o fortalecimento da parceria estratégica entre os dois

países e o crescimento exponencial do comércio, a China passou a ver o Brasil como um potencial destino para novos investimentos no exterior e não apenas como uma extensa fonte de matérias-primas (CEBC, 2021).

Sobretudo a partir de 2010, o repentino ingresso de um grande volume de empreendimentos chineses ficou evidente, com presença crescente nos mais diversos setores, como energia elétrica, mineração, infraestrutura, agricultura, indústria manufatureira e tecnologia da informação. (CEBC, 2021. Pág. 16)

O Conselho Empresarial Brasil e China aponta a dificuldade em mensurar o total real de investimentos aplicados no Brasil.

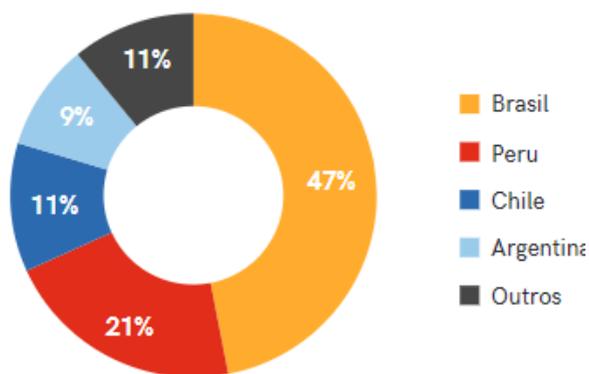
Mesmo com o contínuo aprimoramento desenvolvido pelo Banco Central em anos recentes, monitorar a origem da entrada de investimentos no Brasil continua sendo um desafio. É notório que, em certos casos, a real origem dos aportes acaba sendo mascarada por remessas financeiras trianguladas em regiões dotadas de condições fiscais mais favoráveis. (CEBC, 2021. Pág. 16)

Dessa forma, a CEBC desenvolveu uma metodologia própria de análise que monitora diariamente as notícias “em busca de informações sobre investimentos chineses no país, além de consultas diretas com empresas chinesas, bases de dados e estudos alternativos.” (CEBC, pág. 17)

Sendo assim, segundo os dados levantados pela CEBC (pág. 18), entre 2007 e 2020, foram anunciados 241 projetos no Brasil por 130 empresas, tendo alcançado um potencial de investimentos de US\$ 110,6 bilhões. Do total anunciado, 176 empreendimentos foram implementados, sendo investidos US\$ 66,1 bilhões. Um outro ponto interessante a ser levantado é o contexto geográfico, o China Global Investment Tracker (CGIT), calculou que:

“47% do valor investido pela China na América do Sul até 2020 tiveram o Brasil como destino. Da mesma forma, a Red ALC-China aponta o país como o maior receptor desses aportes na América Latina e Caribe até 2020, com fatia de 35% do total, o que consolida o Brasil como o centro de gravidade desses investimentos na região”. CEBC, pág. 17)

Gráfico 4: Estoque de Investimentos Chineses na América do Sul entre 2005 e 2020 (em % dos valores)

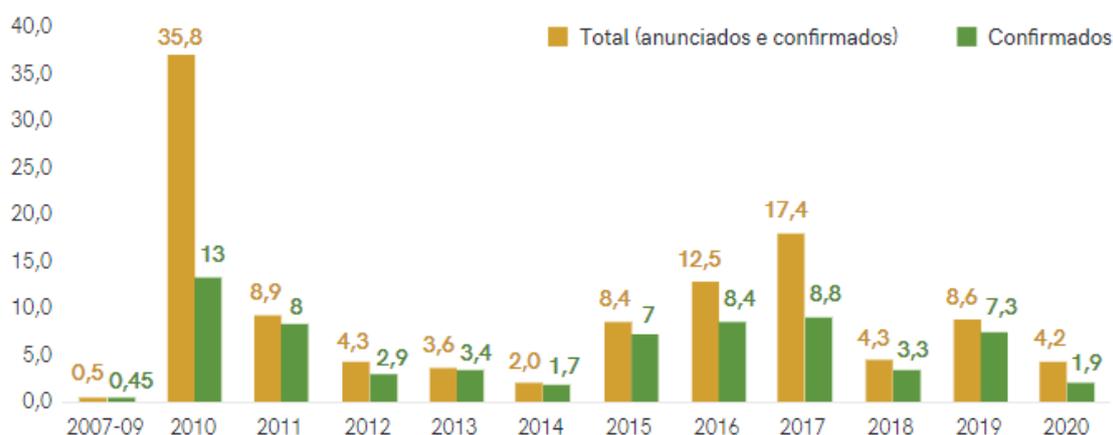


Fonte: CEBC, 2021.

A CEBC também analisou o fluxo de investimentos feitos no Brasil, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 5: Fluxo de Investimentos Chineses no Brasil

(US\$ BILHÕES)



Fonte: CEBC, 2021.

Aqui nota-se que o maior ano de investimentos anunciados e confirmados no Brasil, foi o ano de 2010, o que coincide com outros pontos analisados neste trabalho, como o fortalecimento das relações entre os países no contexto de da balança comercial, bem como o posicionamento que ambos adotaram dentro do sistema internacional. Também é importante ressaltar quais os setores que mais têm recebido investimentos chineses.

“48% do valor do estoque dos investimentos (...) foram direcionados ao setor de energia elétrica (...) seguido por extração de petróleo e gás (28%), extração de minerais metálicos (7%), indústria manufatureira (6%), obras de infraestrutura (5%), agricultura, pecuária e serviços relacionados (3%) e atividades de serviços financeiros (2%). Os 2% restantes foram direcionados a segmentos com participação individual inferior a 2%” (CEBC, pág. 10).

Após as análises feitas, desfecha-se que a presença Chinesa no

Brasil cresceu significativamente após a crise financeira de 2008, com os dois países fortalecendo as suas relações, aumentando a corrente de comércio e investimentos. Sendo assim, a última sessão deste trabalho se foca em analisar as consequências que a crescente presença da China no Brasil traz para o país sul-americano.

4.1 CONSEQUÊNCIAS DA RELAÇÃO SINO-BRASILEIRA

Conforme analisou-se ao longo do trabalho, a relação sino-brasileira tem sido próspera, mas essa prosperidade traz alguns questionamentos. Uma possível interpretação para responder tais questionamentos é a Teoria da Dependência e o Sistema Mundial Moderno.

Levando isso em consideração, uma das possibilidades de abordagem dessas teorias está no manual das Relações Internacionais escrito por Gilberto Sarfati (2005) e intitulado “Teoria das Relações Internacionais”. Aqui o autor menciona que a Teoria da Dependência é desenvolvida dentro da sociologia e da economia e por esse motivo não pode ser considerada uma teoria específica das Relações Internacionais. Esta surgiu em 1950, e teve a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina, localizada no Chile, como um grande centro para o desenvolvimento dessa teoria. O autor argumenta que nesta teoria os países desenvolvidos procuram se especializar na produção de produtos industrializados, enquanto os países que ainda estão em desenvolvimento buscam a sua especialização em produtos primários, como as commodities, e aí há uma desigualdade no Comércio Internacional. Sendo assim, a Teoria da Dependência “foca-se na relação entre países dominantes e dominados ou centrais e periféricos.” (SARFATI, pág.135).

Segundo Sarfati (2005), o Sistema Mundial Moderno pode ser entendido pela Divisão Internacional do Trabalho, como os Estados divididos hierarquicamente em centro, semiperiferia e periferia. Sendo assim:

“Os Estados centrais se encarregam da produção de bens com alto valor agregado, enquanto os Estados periféricos são responsáveis pela fabricação dos produtos com baixo valor agregado, como as commodities agrícolas e minerais. Os Estados Semiperiféricos se encontram em algum ponto entre os Estados centrais e periféricos” (SARFATI, 2005. Pág.140).

Levando isso em consideração, os autores citados ao longo

deste trabalho levantam questionamentos que coincidem com as teorias apresentadas anteriormente. Oliveira (2010) traz em seu texto três questionamentos expressivos: o primeiro corresponde a uma interdependência assimétrica; o segundo corresponde a concentração das exportações brasileiras em produtos básicos; e o terceiro é a perda de influência brasileira para a China a mercados que antes era abastecida pelo país sul-americano.

“No entanto, a maior presença chinesa na balança comercial brasileira levanta três expressivos questionamentos. O primeiro, como classificam Barbosa & Tepassê (2009: 207-218), corresponde a uma marcada interdependência assimétrica. Isto é, no conjunto dos principais produtos exportados da China para o Brasil, a participação brasileira na venda destes produtos representa um percentual relativamente marginal (aproximadamente 2%), enquanto que nas exportações brasileiras de minérios de ferro e de soja, a China representa 32% e 42% das vendas externas brasileiras. É assim inegável que é exatamente nestes dois setores que reside o principal interesse chinês no relacionamento comercial com o Brasil, ou seja, a manutenção de fontes de fornecimento seguras, contínuas e estáveis. Em segundo, o fato das exportações brasileiras estarem concentradas em produtos básicos, de baixo valor agregado, enquanto as importações brasileiras são essencialmente de manufaturados, em especial de bens industriais. Do total de exportações brasileiras para a China em 2009, 76,8% correspondeu a produtos básicos, enquanto que para o mundo este índice esteve em torno de 30%. Em terceiro, mercados externos anteriormente abastecidos por exportações brasileiras de produtos manufaturados, em especial bens industriais, estão sendo crescentemente deslocados pela maior presença chinesa. Este efeito deslocamento está muito mais acentuado na América Latina, mas abrange outras regiões como África e Oriente Médio”. (OLIVEIRA, 2010. Pág. 95)

A CEBC afirma que como o país asiático aumentou ainda mais a parcela nas exportações brasileiras, tendo quase 1/3 dos embarques para o mundo como destino a China “a grande dependência brasileira em relação à China se tornou patente” (CECB, pág.15).

Oliveira ainda ressalta que o fato da china ter se tornado “a fábrica do mundo” e a forte presença no território brasileiro traz algumas reflexões sobre a desindustrialização e primarização do país (OLIVEIRA, pág. 151), sendo a China a principal responsável por esta situação (idem, pág. 154). Um outro ponto levantado por Oliveira, é o fato do Brasil estar perdendo competitividade, principalmente após a crise financeira de 2008.

“Conscientes da existência de claros indicadores de que a indústria brasileira vem perdendo competitividade, principalmente no pós-crise 2008, Bonelli e Pessoa (2010) afirmam que não se pode ainda falar de “desindustrialização”. Para eles, o Brasil estava “sobre industrializado” na década de 1970-1980, em decorrência do aprofundamento das políticas de substituição, sendo que “a partir da década de 1990, houve um retorno ao que seria a ‘normalidade’ industrial, com base em

parâmetros internacionais". O que é preocupante, para Bonelli e Pessoa, é que, depois do ano atípico que foi 2009, o comércio brasileiro de manufaturados não retornou aos padrões anteriores de 2008". (OLIVEIRA, 2016. Pág. 154)

Borges et al (2021) trouxe em seu texto que uma fonte diplomática afirmou que o discurso Cooperação Sul-Sul não se aplicaria mais na relação entre Brasil e China:

“o discurso da cooperação Sul-Sul já não se aplicaria, pois quem faz cooperação Sul-Sul é o Brasil que executa pequenas iniciativas em outros países do Sul, replicando experiências bem-sucedidas, mas sempre com poucos recursos” (BORGES&VENERO, 2021, pág.32 apud Fonte Diplomática, 2021).

O autor ainda ressalta que as relações assimétricas entre as duas nações reproduzem o padrão de comércio Centro-Periferia, no qual “a dependência da China em relação a alimento e recursos naturais mais do que compensam as importações de produtos tecnológicos de alto valor agregado por parte do Brasil.” (BORGES&VENERO, pág. 29). Isto coincide com a Teoria da Dependência e o Sistema Mundial Moderno trazidos por Sarfati (2005) e abordados no início desta sessão. Sendo assim, apesar da China ter tido um papel importantíssimo na relação com o Brasil pós-crise, trazer valores relevantes de investimentos e ter um papel importante na balança comercial brasileira, acaba gerando uma relação de dependência e reproduzindo o padrão Centro-Periferia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como exposto na primeira parte do trabalho o Brasil e a China possuem uma relação de longos anos e que foi fortalecida após a abertura de mercado chinesa, tendo esta se tornado uma economia de mercado socialista. Um outro ponto que ajudou a fortalecer as relações entre os países foram as políticas externas implantadas pelo governo brasileiro na década de 1990, que tinha por prioridades a aproximação com o continente asiático, nos setores de importação e exportação, além da cooperação científico tecnológica. No início do século XXI, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, as relações se elevaram a outro patamar, tendo como pontos de aproximação visitas feitas entre os Estados, como por exemplo, a comitiva de 440 integrantes que acompanhou Lula a China no ano de 2004. Nestes encontros entre os Chefes de Estado, acordos são assinados e estratégias são definidas para o melhor desenvolvimento da parceria.

Após as análises feitas nota-se que a crise de 2008 não atingiu a China de forma brusca, mas houve sim uma redução da quantidade de produtos exportados e diminuição dos fluxos financeiros internacionais. A crise de 2008 desacelerou as taxas de crescimento entre a China e os Estados Unidos e acarretou um acirramento da competição industrial entre ambos. Assim sendo, a crise contribuiu para uma mudança de estratégia de desenvolvimento por parte do país asiático, que passou a duvidar das práticas capitalistas adotadas pelos Estados Unidos e, por este motivo, as autoridades chinesas acreditaram que estava na hora de seguir um caminho mais autônomo em relação às políticas de Washington, dessa forma, o Estado chinês implantou medidas efetivas para o combate a crise que no primeiro trimestre de 2009 já apresentavam bons resultados. Já o posicionamento chinês perante o sistema internacional durante o contexto pós-crise 2008, bem como a maneira como a China lidou com a crise demonstra a sede chinesa de se impor como potência e demonstrar a sua capacidade de crescimento. Em relação ao Brasil neste contexto de crise, não houve grandes impactos, mas as políticas adotadas pelo governo da época, bem como o papel desempenhado pela China na compra de produtos primários, foram importantíssimos para a rápida recuperação já no segundo trimestre de 2009. Quando é analisado o posicionamento brasileiro nas cúpulas do G20 nota-se que este está compactuando com as mesmas ideias do governo chinês.

Desta forma, conclui-se que os pontos apresentados acima, desde o posicionamento político e diplomático, os acordos assinados entre as nações e o relacionamento que se perdurou por décadas, além do fato de o Brasil ter um grande potencial de produção de produtos primários e a China uma alta demanda por estes produtos, contribuíram para que a China se tornasse o principal parceiro comercial do Brasil no ano de 2009. Além disso, é importante ressaltar que a crise nos países centrais gerou oportunidade para o crescimento chinês que obtinha uma alta demanda por recursos e não fora drasticamente afetado pela crise. Desse modo, entende-se que a crise de 2009 não foi o fator principal da perda de hegemonia estadunidense sobre as exportações brasileiras, mas sim um fator importante.

Após esse período as relações entre os dois países se intensificaram, e recordes de exportação de produtos primários a China foram batidos, conforme os gráficos apresentados nesta pesquisa. Isto posto, questionamentos são levantados sobre uma relação assimétrica entre o Brasil e a China, no qual o país exporta produtos de baixo valor agregado (commodities) e importa produtos de alto valor agregado (bens manufaturados) o que causaria uma relação Centro-Periferia e não mais uma Cooperação Sul-Sul, conforme exposto no capítulo anterior.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Victor Leonardo & GENTIL, Denise Lobato. **Avanços, Recuos, Acertos e Erros: Uma Análise da Resposta da Política Econômica Brasileira à Crise Financeira Internacional**. IPEA. Rio de Janeiro, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XX**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

Banco Mundial - <https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/> Acessado em 18/03/2023.

BECCARD, Danielly Silva Ramos. **O Brasil e a República Popular da China: Política externa e Relações Bilaterais**. 1. Ed. Brasília: FUNAG, 2008.

BORGES, Fábio & Ferro Edith Venero. **O protagonismo da China na América Latina e seus impactos no MERCOSUL e na Aliança do Pacífico**. CLACSO. 2021.

CARIELLO, Tulio. **INVESTIMENTOS CHINESES NO BRASIL HISTÓRICO, TENDÊNCIAS E DESAFIOS GLOBAIS (2007-2020)**. CEBC. 2021.

CASTILHO, Gabriel Barbosa. **Os impactos da crise de 2008 na posição da China na economia-mundo capitalista (1980-2019)**. PPGRI-UFSC, 2021.

CISESKI, Pedro Paulo. **CHINA: MILAGRE ECONÔMICO E DESAFIOS PÓS-CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL**. Boletim de Economia e Política Internacional. IPEA. 2012.

CHAMORRO, Ana I. Salvador. **El proceso de reforma económica de China y su adhesión a la OMC**. Pevnia, 7 (2008), pp. 257-284.

EVANS, Trevor. **Cinco explicações para a crise financeira internacional**. Revista Tempo do Mundo. V. 3. N. 1, 2011.

FONSECA, Neide. **A CRISE DE 2008 E AS POLÍTICAS ECONÔMICAS NO BRASIL**. UFRRJ, Três Rios. 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://www.ibge.gov.br/> Acessado em 18/03/2023.

JABBOUR, Elias & DANTAS, Alexis. **Sobre a China e o “socialismo de mercado” como uma nova formação econômico-social**. Nova Economia v.30 n.3, 2020.

MANZI, Rafael Henrique Dias. **O G20 na governança global após a crise econômica de 2008**. Mural Internacional. V. 6 | N. 1 JAN-JUN, 2015.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Sobre a OMC**. 2017. <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/negociacoes-comerciais/omc-organizacao-mundial-do->

comercio/sobre-a-omc - Acessado em 06/04/2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Fundo Monetário Internacional – FMI**. 2021. <https://www.gov.br/produtividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/assuntos-economicos-internacionais/cooperacao-internacional/fundo-monetario-internacional-2013-fmi> Acessado em 06/04/2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Plano Decenal de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China**. Disponível em: <https://www.gov.br/aeb/pt-br/programa-especial-brasileiro/cooperacao-internacional/documentos-china/acordochina2012.pdf> Acessado em 14/02/2023.

O GLOBO. **Lula: crise é tsunami nos EUA e, se chegar ao Brasil, será 'marolinha'**. 2008. <https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410> Acessado em 06/05/2023.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Brasil e China: 30 anos de uma parceria estratégica**. São Paulo: Revista Brasileira de Política Internacional, 2004.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **Brasil e China: uma nova aliança não escrita?** Rev. Bras. Polít. Int. 53 (2): 88-106, 2010.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **BRASIL-CHINA: Uma Parceria Predatória ou Cooperativa?** Revista Tempo do Mundo | rtm | v. 2 | n. 1 | 2016.

PONTES, R., 2018. **A Gestão da crise financeira de 2008 pela China: o papel do Estado na implementação de políticas anticíclicas e desafios subsequentes**. In: Brazilian Journal of International Relations, vol. 7, n. 1, p. 203-223, Marília.

RAMOS, Leonardo et al. **A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós-crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil**. Revista Brasileira de Política Internacional. Pág. 10-27, 2012.

SANT'ANA, Carlos Eduardo & COELHO, José Raimundo Braga. **O Projeto CBERS de Satélite de Observação da Terra**. Parcerias Estratégicas, 7: 189, setembro de 1999.

SARFATI, Gilberto. **Teoria das Relações Internacionais**. São Paulo: Editora Saraiva, Capítulo 11. 2005.

SCHEFFER, Glaucya Abdalla. **Brasil e China: a evolução do complexo soja entre 2014 e 2019. Comércio exterior, financiamento e investimentos**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso Relações Internacional e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021.

SILVA, Ana Carolina Braga & FRUTUOSO, Bruna Eduarda Silva. **A relação bilateral Brasil-China no governo Lula – 2003 a 2011**. 2021. Revista Relações Exteriores, 2021. <https://relacoesexterores.com.br/relacao-bilateral-brasil-china/>

Acessado em 28/03/2023.

THE ECONOMIST. **Brazil Takes Off.**
<https://www.economist.com/leaders/2009/11/12/brazil-takes-off> Acessado em 07/05/2023.

TORTORIELLO, Alexandre Mata. **Brasil aceita China como economia de mercado.** BBC. Brasília, 2004.
https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2004/11/041112_jintao
[Acessado em 30/03/2023.](#)

WIMER, Fernando Romero; HELLMUND, Paula Fernandez. **La larga marcha de China como potência global.** Revista Izquierdas. 2020.